

ALBANO GASPAR DE OLIVEIRA

CHEFE DA SECÇÃO ECONÓMICA DA D. G. E.
DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

Resumo Histórico da Estatística no Rio Grande do Sul



1938

OF. GRAF. DA LIVRARIA AMERICANA
PORTO ALEGRE

INDICE

A guiza de apresentação	3
Introdução	5
A Estatística e os Governos da Provincia	7
Um apostolo da Estatística Riograndense	15
A Estatística no regime republicano	21
Diretores da Estatística Riograndense na fase republicana	23
O início de uma nova fase	24
Serviços de estatística	25
Fontes de informação	25

ANEXOS:

N.º 1 — Sugestões sobre a organização da Estatística da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul	26
N.º 2 — Palavras do dr. Bulhões de Carvalho sobre a Estatística do Rio Grande	29
N.º 3 — Legislação Estatística do Rio Grande do Sul	32
N.º 4 — Trabalhos executados pela Repartição de Estatística estadual	37

*Dr. Eduardo Duarte
meus de mais belas
culturais do Rio Grande
com grande acatamento
e respeito e amizade
5/11/38*

ALBANO GASPAR DE OLIVEIRA

CHEFE DA SECÇÃO ECONÔMICA DA D. G. E.
DO RIO GRANDE DO SUL

Resumo Histórico da Estatística no Rio Grande do Sul

"Hum fim tão magestoso não se consegue somente com simples nomeclaturas e colleções de quadros, mas sim adicionando arrosoamentos, e reflexões scientificas, fundadas em factos, e doutrinas, que condução ao conhecimento evidente de todos os elementos politicos, e a melhor maneira de tirar d'elles a maior vantagem possível para o Estado Social". (Da "Quinta Memória", por Antonio José Gonçalves Chaves, divulgada em 1822).



I. H. G. R. G. S
N.º <u>1400</u>
Vol. <u> </u>
Ed. <u>7</u>
Prez. <u>2</u>

1938

OF. GRÁF. DA LIVRARIA AMERICANA
PORTO ALEGRE

1 A Guisa de Apresentação

Foi preciso que estabelecesse os primeiros contactos com o corpo de funcionários da Diretoria Geral de Estatística do Rio Grande do Sul para vencer os receios, que trazia, quanto ao êxito integral da honrosa mas pesadíssima incumbência que me fêz conhecer êste admirável Estado, visto que tudo aquí dependia, em última instancia, da qualidade e da quantidade de colaboradores que encontrasse dentro da própria repartição. Agradável surpresa me estava, porém, reservada. Ótimos funcionários, esforçados e inteligentes, todos êles, desde o início do meu trabalho, me deram a impressão de que estivesse tratando com velhos colegas, movidos pelo mesmo entusiasmo e animados pelo mesmo ideal de engrandecimento da Estatística Nacional.

Entre êsses, no grupo dos que mais se sobressaíram, pelo interêsse com que de logo se integraram nos trabalhos de reforma, se encontrava o autor da presente monografia, Albano Oliveira, Chefe da Secção Econômica.

O Instituto, como se sabe, está vivamente empenhado em que se proceda ao estudo das origens e ao histórico de tôdas as realizações parciais anteriores à presente fase de organização da Estatística Brasileira. Vários estados já elaboraram sínteses da evolução estatística regional. O Rio Grande, todavia, estava entre aqueles que ainda não a haviam feito. E em Albano Oliveira, pelo gôsto com que se entrega ao estudo das coisas regionais e pela dedicação com que, desde os primeiros momentos, demonstrando a mais nítida compreensão da grandiosa obra do Instituto, me ofereceu a sua coloboração, vislumbrei o futuro primeiro historiador da Estatística rio-grandense. Mal nos conhecíamos pessoalmente e eu já lhe incutia a idéia de folhear alfarrábios em busca dos elementos básicos para composição da presente monografia, curiosíssima contribuição para a História Estatística do Brasil. Por ela vemos que, também em Estatística, muitas idéias

que parecem novas já são velhas de cabelos brancos. O que nos faltava, porém, era uma organização de caráter nacional, da envergadura técnica, do prestígio moral e da projeção administrativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como ainda homens de clara visão dos problemas sociais e econômicos da sua terra, como o Interventor Cordeiro de Farias e o Dr. Ataliba Paz, atual Secretário da Agricultura do Rio Grande, que as tornassem vitoriosas.

A pressa com que foi elaborada a presente monografia, em menos de um mês, e nas horas vagas, diz bem do interesse com que Albano Oliveira, aceitando a minha sugestão, se dedicou ao afanoso trabalho de pesquisas históricas para realizá-la. Satisfeito comigo mesmo, pela iniciativa tomada, é com o maior prazer que faço estas linhas à guisa de apresentação, aos meus colegas e eminentes mestres do Instituto, da monografia de Albano Oliveira, o que aliás seria desnecessário porque ela, a-pesar-da rapidez com que foi feita, tem bastante mérito para se apresentar por si própria.

PEDRO BARRETO FALCÃO

Delegado do IBGE no Rio Grande do Sul

Introdução

Revolvendo a história dos povos, surpreendemos em todos eles, desde os primórdios de sua formação, fragmentos de um trabalho anônimo que mais tarde deveria servir de base à grandiosa estrutura de uma nova disciplina, batizada, depois, com o nome de Estatística, e que não veio encontrar ambiente propício ao seu integral desenvolvimento senão nos tempos modernos, quando os fenômenos de ordem social e econômica, pela assombrosa vastidão e complexidade que assumiram, transcendentes aos sentidos e às possibilidades mentais humanas, já não comportando soluções dentro de moldes puramente burocráticos, começaram a empolgar os administradores e a desafiar a argúcia dos sábios e dos técnicos. Dependendo, tôdas as ciências, desse preciosíssimo instrumento de trabalho, muitas delas, como a Astronomia, a Geodesia, a Geografia e a Física, dada a precisão exigida para os resultados de suas investigações, mal se teriam esboçado. Pela vastidão dos fenômenos que estuda, decerto não se teria constituído a Demografia. Nem a Sociologia, a Economia Política, a Biologia, a Antropologia, a Psicologia e a própria História, sem a técnica estatística, se teriam conseguido aprofundar nas investigações e no estudo dos problemas mais emergentes da civilização contemporânea.

Seria interessante esboçar, embora resumidamente, tôdas as etapas históricas por que vem passando a Estatística, através das idades e das nações, até atingir o período áureo em que se impôs aos povos modernos por um imperativo da própria estabilidade das instituições sociais e da organização econômica, se outros já não o tivessem feito em tão primoroso estilo e com tão profundo conhecimento do assunto. Dispensando-nos, pois, dessa tarefa, começemos o trabalho a que nos propomos no presente ensaio, que é sumariar a história da Estatística no Rio Grande do Sul.

A Estatística e os Governos da Província

Os primeiros esboços de estatística surgiram no Rio Grande do Sul no Governo Militar de Sebastião Xavier da Veiga Cabral, que mandou proceder o levantamento do número de capatazes, peões, carretas, carros, animais domésticos de diversas espécies, escravos, tropas espalhadas pelo Continente, bem como da sementeira e colheita do trigo das safras de 1783 a 1789 e cujos mapas de apuração encaminhou ao Vice-Rei, em 1790. Tratava-se entretanto de trabalhos rudimentares, sem nenhuma coordenação e desprovidos do espírito de continuidade, pois satisfaziam apenas as exigências do momento. Assim indicavam os documentos da época, porque só nove anos após, em 1799, a história da Administração da Província regista a remessa de elementos demonstrativos do número de habitantes, tropa regular e irregular, comércio, agricultura e pecuária.

Em 1801 o Governador Militar Francisco João Roscio mandou fazer o recenseamento do Continente. Foi esse o primeiro trabalho mais ou menos bem organizado que aqui se levou a efeito e que serviu de base às estimativas realizadas, anos após, pelo Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Camara. O censo da população da Província, concluído em 1803, foi remetido ao Visconde de Anadia pelo Governador Paulo José da Silva Gama e constava das seguintes peças: população, excluída a tropa e crianças com menos de um no de idade; número de reses abatidas nos açougues; notas sobre a exportação e importação.

Em 1805 eram encaminhadas as relações das embarcações que entraram na barra em 1803 e das que navegaram os rios do interior, bem como um quadro comparativo da importação e exportação de 1803 e 1804. Sobre o ano de 1806 apenas um mapa da população foi remetido.

Constituíam os enviados, até 1833, simples documentos de expressão parcial da vida regional, quando resolveu o Conselho Administrativo confiar ao bacharel português José Marcelino da Rocha Cabral, a organização da Estatística da Província.

No ano seguinte, o Conselheiro louvou aquele funcionario pelo relatório que dirigiu ao Governo da Província, com o plano delineado. Um ano após, porém, diante das dificuldades encontradas, o bacharel Rocha Cabral pede exoneração do cargo.

Como se depreende de documentos esparsos do periodo do Governo Militar, anteriormente à designação do bacharel José Marcelli-

no da Rocha Cabral, em 1833, para coordenar os dados estatísticos, já se vinham esboçando na Província trabalhos preliminares para montagem de um aparelhamento desse gênero em moldes que atendessem aos mais prementes imperativos da Administração do Continente. Os inquéritos e mapas remetidos periodicamente ao Governo Geral do País, a necessidade de se conhecer as possibilidades econômicas do Rio Grande do Sul, bem como a população livre e escrava, naquele tempo, despertaram, sem dúvida, não só entre os mais graduados homens do governo, como entre os estudiosos da matéria, um movimento no sentido de ser criado um departamento especializado que se incumbisse de realizar inquéritos sobre os vários aspectos da vida e do trabalho da Província, obedecendo a um plano científico preestabelecido. A "Quinta Memória", do sr. Antônio Gonçalves Chaves, constitui uma obra notável sobre a estatística daquele tempo, revelando a preocupação do seu autor em mostrar o quanto era necessário à Administração o conhecimento dos índices estatísticos, por isso que tecemos, mais adiante, alguns comentários em torno da mesma.

Outro documento interessante sobre a história da organização estatística na Província é o ofício em que o sr. Francisco Xavier Ferreira, membro destacado da Administração e, depois, deputado à Constituinte, apresenta ao Governo sugestões sobre a forma por que podia ser constituída a estatística do Rio Grande do Sul. Tratando-se de um documento de incontestável valor histórico, resolvemos reproduzi-lo na sua feitura original (Anexo n.º 1):

Afora esses dois elementos que comprovam as nossas afirmativas acima, podemos evocar, ainda, o fato de haver o Governo incumbido ao Cel. Pedro César de reunir os documentos existentes no arquivo do Palácio do Governo, e outros, afim de coordenar os trabalhos estatísticos de 1826 a 1830.

Não resta portanto mais dúvidas de que as bases da organização da estatística de São Pedro do Rio Grande do Sul já estavam sendo lançadas quando o Governo Provincial deliberou designar o seu primeiro coordenador, em 1833. Morosos foram os trabalhos preliminares para se concretizar tão patriótico empreendimento. Isto, entretanto, não disvirtua a nobreza do ato, conhecendo-se as dificuldades de toda ordem que se teria de enfrentar, no início do século passado, quando se cogitava de qualquer realização de vulto para a vida regional, sempre, ou quase sempre, perturbada por agitações bélicas, oriundas das desavenças da política interna e externa de que o Rio Grande do Sul se tornou, por largos anos, o cenário principal da nacionalidade, sem levar em consideração a falta de conhecimentos, até nos principais países da Europa, do valor da estatística como seguro instrumento de orientação na gerência dos negócios públicos.

Nas "Memórias Economo-Políticas", de Antônio José Gonçalves Chaves, trabalho reeditado sob a direção de J. B. Hafkmeier S. J. na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, deparou-se-nos na "Quinta Memória", "Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em Particular", um interessante estudo sobre a estatística, elaborado em 1822. É surpreendente o trabalho reali-

zado, naquela época, pelo português Antônio José Gonçalves Chaves, cidadão de grande cultura e que, no dizer do aludido Historiador, "foi êle o primeiro que organizou uma estatística do Comércio de importação e exportação da Província para mostrar aos poderes públicos o quanto era ela mal aquinhoada na distribuição de graças e favores, liberalmente concedidas a outras que não tinham os mesmos elementos de vida".

De fato, na "Quinta Memória" se encontram quadros comparativos da exportação de 1805 a 1820, pela Praça de Pôrto Alegre; mapas da exportação pela fronteira do Rio Grande; produções e preços, nos anos de 1816 a 1822; quadros da importação por procedência, além de interessantes observações sobre outras matérias relacionadas com a estatística econômica, moral e social.

Na parte em que o sr. Antônio José Gonçalves Chaves investiga o sentido e a origem da palavra estatística, procurando salientar a finalidade dessa disciplina, assim se externou: "Hum fim tão magestoso não se consegue somente com simples nomenclatura, e colleções de quadros; mas sim adicionando arrosamentos e reflexões científicas fundadas em fatos e doutrinas, que condução ao conhecimento evidente de todos os elementos políticos, e a melhor maneira de tirar d'elles a maior vantagem possível para o Estado Social".

Essa passagem da "Quinta Memória" é um documento decisivo para afirmação do grande conhecimento sobre a finalidade da estatística e de profunda sabedoria do seu autor.

Concordamos com o Padre J. B. Hafkmeyer S. J. quando afirma ter sido o sr. Antônio José Gonçalves Chaves "o primeiro que organizou a estatística do comércio de importação e exportação da Província", pois foi o único trabalho coordenado, no gênero, que descobrimos, até agora, nos vetustos documentos da estatística daquela época.

Tudo nos leva a crer que "Quinta Memória" tenha dado origem à criação do Serviço de Estatística na Província, tornado efetivo em 1833, com a nomeação do bacharel português José Marcelino da Rocha para elaborar os trabalhos desse gênero, e que, ao tempo, o sr. Antônio José Gonçalves Chaves fôsse o principal animador dessa iniciativa.

De 1835 a 1845 a estatística caiu no esquecimento, pois o surto revolucionário que dominava a Província não comportava outras preocupações além das de caráter bélico.

Em 1845, o Duque de Caxias, Governador Militar e Civil da Província, nomeou o Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara para organizar os serviços de estatística. E esse abnegado e inteligente servidor público realizou um trabalho digno de ficar registado na história do Rio Grande. Sobre a obra estatística e a personalidade, por tôdas as razões singular, do Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara, anexamos a este algumas páginas do livro "Os Corrêas da Câmara", da autoria do laureado historiador gaúcho Aurélio Pôrto, em que está fixada, de maneira surpreendente, a individualidade invulgar desse benemérito da Estatística do Rio Grande.

A Província tinha uma repartição de Estatística organizada, e à sua direção a vasta cultura, a brilhante inteligência e o idealismo do Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara. Uma era de realizações florescia para a Administração da Província. Mas a morte mui cedo ceifou a vida dêsse sábio e técnico de quem muito, ainda, esperava o Rio Grande e, quiçá, o Brasil. Com a morte do Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara entrava, também, em agonia a promissora Estatística da Província, que em 1850 era extinta por falta de recursos.

Pelo relatório encaminhado, em 1847, à Assembléa Provincial se verifica que serviu na Estatística do Rio Grande do Sul, além do Engenheiro José Maria Pereira de Campos, encarregado dos serviços Geográficos, o dr. Sebastião Ferreira Soares, auxiliar da Tezouraria da Fazenda do Império, comissionado para organizar os quadros da produção do País, do Comércio, exportação, importação, etc. Sebastião Ferreira Soares, cujo nome transpôs as fronteiras da Pátria, elevando o conceito e o credito do País, particularmente na França e na Inglaterra, pelos seus vastos conhecimentos científicos e técnicos, e pela maneira incisiva com que abordou o panorama econômico e possibilidades da Nação, legou à Estatística brasileira o primeiro tratado no gênero, ainda hoje carinhosamente disputado pelos técnicos como verdadeira preciosidade.

Seis anos mais tarde, em relatório, o Presidente Jerônimo Coelho, revelando o quanto desconhecia do assunto e do trabalho do Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara, afirmava que a Província nada possuía sôbre estatística.

Pela lei n.º 367, art. 32, de 4 de março de 1857, foi a Administração autorizada a fazer as despesas indispensáveis para obter e coligir todos os papéis e documentos que pudessem ser úteis à organização da Estatística da Província, sendo nomeado para êsse fim, no mesmo ano, o Tenente-Coronel José dos Santos Pereira.

O Presidente da Província, Ângelo Muniz da Silva Ferrás, dando explicações sôbre o resultado do censo, iniciado logo após a reorganização dos serviços da Estatística, disse: "ao cuidado de comissões paroquiais, sem as necessárias habilitações, nada útil e completo se poderia alcançar. Para que se possam obter dados necessários sôbre êste objeto, é mister que o pessoal da Repartição de Estatística seja suficiente e idôneo e distribuído convenientemente pelos diferentes pontos da Província para colher informações precisas."

Em 1859, a lei n.º 428 de 8 de janeiro autorizou o Presidente a dar regulamento à Repartição de Estatística, aplicando quanto possível seus esforços em organizar o cadastro da Província.

O Presidente Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, deixando de fazer uso de tal autorização, deu as seguintes razões em relatório de novembro do mesmo ano, dirigido à Assembléa:

"Seria um poderoso auxiliar para o Administrador na gerência dos negocios públicos, se bem e regularmente estivesse montada a Repartição de Estatística da Província."

E acrescentou:

"Hoje seu serviço é nulo; e a querer tirar dela algum proveito,

autorizai a sua organização, habilitando a Presidência com os recursos" necessários para êsse fim.

O seu pessoal é insignificante, e os meios de que dispõe insufficientes; porisso a Repartição de Estatística não passa, em meu entender, de uma ostensão de luxo. Montada com um pessoal inteligente, criados os delegados e agentes municipais, poderemos ter trabalhos mais regulares e completos, e em sua exatidão depositar alguma confiança.

"O chefe da Estatística esforça-se, é verdade, para conseguir elementos para seus trabalhos; exige informações de tôda a parte; as câmaras municipais e as autoridades ou não as prestam ou, quando o fazem, são sempre incompletas, tardias e irregularíssimas as suas informações. Por êsse modo, nada se fará, e mal subsistirá uma repartição que de pouca utilidade serve no mecanismo administrativo."

Cogitou, em 1862, o Presidente Francisco Assis Pereira da Rocha, quando falando sôbre a população da Província, de anexar a Estatística à Secretaria do Govêrno. Com o prestígio que, desta forma, lhe seria emprestado, poderia obter, facilmente, as informações e realizar os inquéritos indispensáveis à elaboração dos trabalhos que lhe estavam afetos. Essa providencia, que, sem dúvida, viria solucionar, consoante o pensamento Governamental, o problema basilar da estatística da Província, não chegou a ser posta em prática, pois argumentos secundários, infelizmente, interromperam o curso de tão salutar iniciativa, permanecendo a referida repartição, por isso, na mesma situação anterior.

O Presidente Barros Pimentel, dirigindo-se, mais tarde, à Assembléa, na parte que diz respeito à Estatística, assim se externava:

"Esta repartição, que podia servir de útil auxiliar à Administração, continua a lutar com os mesmos obstáculos que vos têm sido descritos nos relatórios dos meus antecessores e a que já neste tive ocasião de referir-me.

"Todos os seus trabalhos resentem-se da penúria e imperfeição dos dados, a-pesar-da diligência e esforços que emprega o seu chefe para conseguí-los menos incompletos.

"Montada como se acha, sem agentes de confiança e dedicados em recolher nas diversas localidades as informações e algarismos que devem compor o material dos seus cálculos e combinações, é uma repartição de mero aparato, a que faltam todos os elementos para trabalhos proficuos, como de sua criação se devera aguardar. Entretanto, alguns têm produzido e trata de concluir outros relativos ao território e população, à agricultura, indústria e comércio, e à receita e despesa da Província, que estão dependentes de esclarecimentos ainda não ministrados.

"As Câmaras municipais, que podiam cooperar eficazmente para a reunião de dados e informações necessárias aos trabalhos estatísticos, são infelizmente as que mais relutância apresentam em fornecê-los; e quando as prestam, é sempre tarde e do modo mais incompleto. As demais autoridades locais não ficam aquém destas corporações em negligência ou menosprêzo do serviço que delas se exige e cuja importância parece desconhecem.

"Lutando com tais dificuldades, e com o pessoal insignificante que tem, pode-se afirmar que a Repartição de Estatística de nenhuma utilidade é para a Administração."

"Depois de tão justas considerações, feitas durante longo período por vários dos Presidentes Provinciais, representantes da autoridade suprema do País, era de esperar-se que o Poder Legislativo Provincial munisse a Administração dos meios necessários à manutenção de serviço de tão evidente utilidade, autorizando as medidas aconselhadas pela experiência daqueles homens ilustres, estadistas ou eminentes funcionários da Côrte Imperial, beneméritos filhos da Província, que tão bem a conheciam e aos quais seria lícito atribuir o mais dedicado afeto à terra onde nasceram."

Em 1864, não tendo sido distribuída verba para pagamento do pessoal, é extinto esse Departamento, de acôrdo com a Lei 578, de 12 de maio do mesmo ano.

Quando parecia surgir uma esplêndida oportunidade para a estatística, esta desaparecia como uma das cousas inúteis da Administração.

Historiando a situação da Estatística, dizia, em 1867, o Presidente Marcondes de Melo:

"Não tendo a lei provincial n.º 578, de 12 de maio de 1864, destinado verba para o pagamento dos empregados dessa Repartição, foi ela extinta nesse mesmo ano, sendo os respectivos papéis guardados no edificio da Diretoria das Obras Provinciais.

"Encerram bastante interêsse os trabalhos que examinei, do Conselheiro Manuel Corrêa da Câmara, relativos à geografia, indústria, comércio, população e rendas da Província.

"E' de lamentar que materiais tão preciosos, recolhidos com tanto trabalho e dispêndio, tenham quase sempre entre nós o destino de ficarem esquecidos no fundo dos arquivos."

O que aí ressalta é a justiça, tardia embora, feita ao Conselheiro Corrêa da Câmara, cujos trabalhos mal haviam logrado oportuno apreço.

Em 1867 foi encarregado da Estatística da Província o Engenheiro Eleutério Camargo.

"Quando à incumbência dada ao Engenheiro Camargo, cumpriu-a este, compilando no seu "Quadro Estatístico e Geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul", os materiais que as Repartições de Estatística, principalmente a dirigida pelo Conselheiro Corrêa da Câmara, haviam acumulado, adicionando-lhes, certamente, o que da mesma natureza pôde coligir, dando assim à sua obra a conveniente atualidade."

Para complemento, concluiu-se e litografou-se, na mesma ocasião, como se declara no fim do "Quadro Estatístico", a carta topográfica da Província, porventura a mesma cujo esbôço havia sido restaurado em 1848, sofrendo autorizado exame, que ampliou e melhorou indubitavelmente aquele trabalho.

Em 1872 e 1873, existiu na Secretaria do Gôverno a denominada "Secção Estatística", encarregada exclusivamente do trabalho do recenseamento, feito na conformidade do regulamento geral n.º

4856, de 30 de dezembro de 1871, e daí até o advento da República, só restavam vestígios da Estatística, pois a mais estranha fatalidade pesou sobre esse importante Departamento Público da Província.

Resumindo a história da estatística no período dos governos provinciais, podemos afirmar que, não obstante a compreensão de alguns administradores e o alto espírito patriótico dos seus dirigentes, este importante ramo da administração do Estado teve uma vida obscura, pois jamais logrou encontrar o amparo e o prestígio que lhe eram devidos, mesmo porque até os Poderes Públicos, como vimos, nem sempre dispensaram aos serviços de tal natureza a atenção, a solicitude que eles merecem. Em ofício de 29 de outubro de 1861, um dos presidentes declarou ao Encarregado da Estatística que "sentia não poder satisfazer o seu pedido feito no sentido de se adicionar ao relatório do Presidente antecessor o daquele Encarregado."

Do relatório apresentado, em 1867, ao Governo da Província e organizado pelo Engenheiro Eleutério de Camargo, e no qual estão compilados, principalmente, os trabalhos sobre estatística e geografia do Rio Grande, da autoria do Conselheiro Corrêa da Câmara, extraímos esse importante quadro da população da Província, com os respectivos comentários:

1803	59.142
1814	70.656
1846	149.363
1847	(pop. liv.)	118.882
1857	282.414
1858	285.547
1859	309.476
1860	322.857
1862	370.446
1863	392.725

	<i>Casamentos</i>	<i>Batizados</i>	<i>Óbitos</i>
1847 1.364	8.052	2.617
1848 1.328	8.513	2.493
1858 970	6.035	2.018
1859 1.726	11.249	3.364
1860 1.581	11.482	3.376
1861 1.684	11.970	3.433
1862 1.369	11.100	3.148
1863 1.345	7.614	2.536

"Considerando-se os últimos cinco anos, pelas diferenças que correspondem ao acréscimo anual da população, termo médio, conclue-se pelos dados existentes que, de 1864 a 1867, a população teve um acréscimo de 100.060, ou que se elevou a 500 mil almas.

"Não obstante tôdas as causas que concorrem pelos fatos na-

turais e sociais, a alterar nos diversos países e regiões, a ordem do desenvolvimento da população, julgamos exagerado o algarismo que resulta da comparação dos dados que obtivemos, sendo no entretanto nossa firme convicção que a população atual da Província é superior a 450 mil almas.

“O quadro que apresentamos, organizado em vista dos mapas que encontramos, ressenete-se, como estes, das inexatidões inerentes a esta ordem de trabalhos.

“Quando êsses mapas foram confeccionados, as lacunas que existiam pela falta de listas de família e mais informações de algumas localidades, foram preenchidas pelos resultados obtidos das operações realizadas conforme as indicações e prescrições da ciência, sancionadas pela experiência e adotadas por todos os países.”

Um Apóstolo da Estatística Riograndense

“ORGANIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA DA PROVÍNCIA — DIFICULDADES DE CÂMARA — UM TRABALHO NOTÁVEL — “ENSAIOS STATÍSTICOS” — A ERUDIÇÃO DE ANTÔNIO MANUEL — CARACTER DO RIOGRANDENSE — MEIOS DE DEFESA DO PAÍS — AGRICULTURA, COMÉRCIO — FAZENDAS DE CRIAÇÃO PARA REMONTA DO EXÉRCITO — MORTE DO CONSELHEIRO ANTÔNIO MANUEL CORRÊA DA CÂMARA”.

O brilhante historiador Aurélio Pôrto, em seu livro “Os Corréas da Câmara”, publicado em separata do volume 2.^o, dos Anais do Itamarati, traçando, em primoroso estilo, o perfil moral do Conselheiro Corrêa da Câmara, em capítulo a que denominou “Últimos dias de uma grande vida”, e com os subtítulos acima, evoca aspectos curiosos e inéditos da obra estatística do seu eminente biografado. Como tributo de justiça àquele notável rio-grandense, que foi verdadeiramente um apóstolo da estatística, e mesmo pelo conteúdo informativo dessa sugestiva página histórica do ilustre escritor gaúcho, julgamos oportuno transcrevê-la, na íntegra, neste ensaio em que pretendemos sumariar a história da Estatística no Rio Grande do Sul:

“Seus últimos três anos de vida empregou Antônio Manuel Corrêa da Câmara na realização de um trabalho ainda hoje notável por todos os aspectos. E se outros não ilustrassem a sua larga fôlha de serviços ao Brasil, o último bastaria para consagrar sua memória, evidenciar a universalidade da sua cultura, os primores da sua inteligência e formidável capacidade de trabalho que singularizam a sua vida útil.

“Em 1845, aproveitando os reconhecidos méritos intelectuais de Antônio Manuel, cometeu-lhe o conde de Caxias, então presidente da Província do Rio Grande do Sul, o encargo de organizar a Estatística daquela rica região do país.

“Nada havia sobre matéria de tal magnitude. E dificuldades sem

conta opuseram-se à tenacidade e ao esforço de seu organizador. Sem meios suficientes, dispondo de pessoal escasso e sem prática alguma do serviço; dois amanuenses e um mapista; com uma pequeníssima dotação orçamentária que não bastava para executar o trabalho que ideara, o conselheiro apelou para as próprias economias e, de seu bolso particular, supria as despesas resultantes do trabalho. Só mais tarde conseguiu aumentar número de auxiliares e recebeu a cooperação valiosa de Sebastião Ferreira Soares, depois autor de trabalhos interessantes e oficial da Tesouraria Geral. A organização dos quadros da Receita e Despesa da Província são de sua feitura.

“Com o desenvolvimento da Repartição de Estatística recebeu ainda Corrêa da Câmara o auxilio eficaz do 1.º tenente do Imperial Corpo de Engenheiros José Maria Pereira de Campos. Fêz êste diversas cartas topográficas da Província, terminando, assim, o trabalho iniciado pelo capitão de engenheiros Bacelar Pinto Guedes, que esteve por mui pouco tempo a serviço da Estatística. Pôsto, como os outros oficiais, à disposição de Câmara, também o auxiliou o 2.º tenente José Carlos de Carvalho, “que não tardou em ser chamado para a Côte pelo Governo Geral”. Fêz, entretanto, “o reconhecimento de uma mina de carvão de pedra, e deu começo ao levantamento da carta da capital”. As observações termométricas de que Câmara também o encarregara ficaram incompletas pela retirada dêsse official.

“Câmara resume os notáveis trabalhos que fêz:” Faltando-me, desde os meus primeiros passos na Estatística, os elementos indispensáveis para o trabalho, e ao mesmo tempo em que me ocupava da volumosa correspondência, em que êsses elementos eram solicitados, lancei mão dos livros de registos de sesmarias de campos para criar, de datas de terras para lavrar, e das de terrenos para casas, com os fins seguintes: 1.º o de calcular, como cumpre a todo o estatístico a razão em que se acham os terrenos ocupados com os devolutos; 2.º o de apreciar o valor dessas propriedades; 3.º o de consignar em um volume impresso todos êsses títulos, onde de um lançar de olhos se conhecesse nos respectivos quadros a denominação da Fazenda, ou terreno concedido, o nome do concessionário, a confrontação respectiva, a autoridade que tal concessão fêz; o ano finalmente dessa concessão; trabalho que se tornara tanto mais urgente quando muitos dos livros registos têm as letras tão apagadas que ficarão brevemente ininteligíveis, e que sendo frequentíssimas as demandas e ações litigiosas levadas aos tribunais, acêrca de tais propriedades, muito utilizariam êsses tribunais e as partes interessadas em ter à mão em um ou dois volumes impressos o que se acha espalhado em muitos outros e de mistura com tôdas as classes ou espécies de registos; 4.º, finalmente tive em vista reunindo em só corpo aquele insano trabalho, proporcionar aos engenheiros geógrafos, topógrafos, hidráulicos etc. que trabalharem na Estatística o inapreciável beneficio das confrontações, rumos de agulha, etc. que suprirão, quanto é possível, a desaparição de tantos volumes de idéntico trabalho, confeccionados pelos engenheiros da Demarcação que levantaram a carta do País, e dos quais apenas resta um só volume na Secretaria.

“E assim, durante dois anos de trabalho ininterrupto pôde Antônio Manuel organizar III quadros estatísticos, 18 mapas e cartas geográficas, ficando quase pronto um grande mapa da Província, em que já figuram as terras “novamente descobertas”, trabalho do engenheiro Pereira de Campos. Os quadros estatísticos deviam ser impressos, mas, diz Câmara que “mui tarde reconheci que o Governo Imperial (de quem esperava meios para proceder a essa impressão, ou aprovação de medidas que lhe propús, para que ela fôsse feita por outra via) se denegara a um e outro”. Por isto forçoso lhe foi dar outra organização aos quadros primitivos para que, em cadernos, fôsem facilmente lidos e examinados pelo Governo Provincial. Estes quadros são os que o Conselheiro Camargo, dez anos mais tarde, publica em seu trabalho estatístico da Província.

“Versam êles sôbre todos os departamentos estatísticos, abrangendo estudos retrospectivos sôbre estatística territorial (física, política, e administrativa); demográfica, com um quadro sôbre a população negra; econômica (agricultura, criação, indústria, comércio, etc.); intelectual e moral (instrução, criminalidade, etc.).

“Parece incrível que sem meios materiais para tão grande esforço, pudesse Antônio Manuel realizar, no curto espaço de dois anos, trabalho de tal monta. E além disto a saúde combalida se agravava torturando-o com padecimentos atrozes. Residia na própria reparição, num pequeno quarto sem conforto, onde a par da inspeção dos quadros confiados a copistas, escrevia êsse formidável trabalho *Ensaios Estatísticos*, de publicação póstuma. “Posso assegurar, diz, que pus quanto cuidado em mim esteve, para dar a possível perfeição a êste trabalho, e que, por cúmulo da contradição, ainda gravíssimamente enfermo como ainda me vejo ao escrever estas linhas, o continuei sem interrupção de um só dia, arrastando-me do meu leito à sala em que êles se fazem para dirigi-los”. Fazia essa observação quase às portas da morte, em 1848.

“*Ensaios Estatísticos* é um trabalho fundamental para o conhecimento do Rio Grande do Sul. Câmara o terminou poucos meses antes de falecer, mas só foi publicado em 1851 no jornal “Mercantil”, de Porto Alegre e em escasso número de folhetos avulsos, de que só conhecemos o existente na Biblioteca Nacional. Impõe-se, pois, a sua reedição para consulta dos estudiosos.

“Original e precioso, o trabalho do velho conselheiro mostra novas facetas de seu espirito culto que acompanha os últimos estudos conhecidos no tempo sôbre várias modalidades estatísticas. Condensa-se em 115 páginas, formato in-4.º, impresso na Tipografia do “Mercantil”, rua da Praia n.º 367, em 1851.

“Depois de uma “Introdução”, dá-nos Câmara uma “Sucinta descrição geográfica da Província” em que estuda sua *situação, confrontação, atual divisão*. Segue-se um estudo sôbre o “Território considerado com relação às facilidades que oferece ao movimento industrial”. Data de 1817, diz aí, o início da prosperidade da Província, depois das lutas que roubaram ao seu solo os braços dos trabalhadores e a tranquilidade dos lares” e apenas salva dos horrores

da guerra civil se vai encaminhando ao fastígio da opulência, consideração e engrandecimento a que a natureza a destinou.

“Seria difícil deparar um país na América do Sul mais apropriado ao desenvolvimento industrial, e que para atingir este fim a maior amplidão desejável, careça de menos despesas, e sacrificios por parte da sociedade. Cortado e orlado de caudalosas linhas d’água, banhado por lagos e rios de segunda ordem; que se poderiam ligar por meios de canais, tornando estes últimos e alguns dos primeiros em quase toda a sua extensão navegáveis; retalhado de lombas que fazem possível abertura de amplas e cômodas estradas, e para cuja construção e concertos, sobram os materiais necessários, desassombrados dessas montanhas colossais que tão difícil tornam o trânsito das mercadorias na Espanha, em alguns pontos da França, Itália, Boêmia, no Chile, no Perú e em muitas outras partes, abandando de quanto se faz preciso para ereção de estabelecimento de pontes e barcos de passagem, de que mais necessita esta Província para abrir as mais vantajosas linhas de comunicação aos seus produtos manufacturados, às suas produções industriais?... De braços, e somente de braços, primeiro elemento da força dos Estados, criador de todos os outros, ou que os faz valer e apreciar.

“E em largas considerações refere-se a lavoura, à indústria, à criação, apreciando as condições do solo e a sua fertilidade natural, ilustrando as suas observações pessoais com o confronto do que se faz na Europa e outros países adiantados da América.

“Estuda em seguida o “Território geognózia e geològicamente considerado”, dando interessantes notícias das riquezas minerais do Rio Grande; de movimentos sísmicos de pequena intensidade guardados na memória dos antigos; e se louva em Sellow para estudar a formação geològica dessa região.

“O “Clima” lhe merece demoradas considerações. E na parte que consagra à “História” tem uma página “sobre o caráter dos habitantes da Província de S. Pedro, índole, costumes e hábitos”, que é uma síntese de admirável observação sociogênica. Registemo-la:

“Sóbrio, ativo, generoso e bravo; amigo sincero e inimigo não depreciável; firme como um rochedo e de invencível constância na maior adversidade, entusiasta da glória, e para conseguí-la anelando os combates, e correndo após o perigo com avidez insaciável: mas preferindo as mais rudes fadigas de vivíssimas operações militares à estação inativa dos cantonamentos, e a que resulta as nossas guarnições de paz; menos disposto ao serviço de infante do que o de cavaleiro, sem deixar de desempenhar qualquer dêles quando lhe é destinado; dispersando-se algumas vezes e retirando-se mais por incapacidade do chefe, que por falta de ânimo num campo de batalha; sensível em extremo ao benefício, e perdoando poucas vezes um ultrage; inclinado ao belo sexo, cuja sociedade cultiva com urbanidade e delicadeza não vulgares, e que se fazem notáveis até nas classes menos educadas; sofrendo o frio, a fome, a sede, a calma intensa com resignação e paciência admiráveis, geralmente talentosos, e aptos para cultivar as ciências em que muito teriam aproveitado se de mais tempo as leis, e as instruções que as fomentam e mais felizes circunstân-

cias tivessem concorrido para ajudá-los; bom pai, excelente marido, filho respeitoso, o cidadão rio-grandense foi talhado de molde para exercer as virtudes cívicas e guerreiras, que o fazem recomendável, e será indubitavelmente tão bom agricultor e fabricante como tem sido solícito criador de gado. Tudo deve esperar-se, finalmente, de um povo, que atravessando a cega mal conduzida guerra civil de seu país, que a todo o momento provocado pelo exemplo contagioso de tantas outras províncias, que constantemente arremessadas para o charco imundo da brutalidade, imoralidade, impudor, e desenvoltura da asquerosa imprensa brasileira (*aliquanta exceptione concessa*), nem assim foi possível degradá-lo, e corrompê-lo, conservando-se intacto no seu gênio cavalheiro, seus brios, modéstia, dignidade e honra.

“Velho soldado de campanhas gloriosas, não escapam a Câmara judiciosas observações sobre “Meios defensivos do País”. O Rio Grande será sempre o teatro obrigado de tôdas as guerras em que nos empenharmos”. Se se entende por defesa de um país cobrir unicamente aqueles pontos mais interessantes dêsse mesmo país, como sejam algumas cidades comerciais, certos depósitos, tal qual desfiladeiro, situado sobre linhas de comunicações; não impedir, nem podendo impedir que o inimigo penetre impunemente por todos os outros, sem exclusão daqueles colocados no mesmo interior da Província; se se entende transformar êsse interior em teatro sanguinolento da guerra, sem que seja possível impedir o roubo de gado, o consumo dos víveres, o saqueio das casas, a mortandade de cidadãos inermes, o rapto, o estupro, a violação das matronas e donzelas; para que no fim de tantas afrontas e estragos se celebre um tratado de paz desigual e vergonhoso, qualquer general nos basta; embora pertença à ordem daquele que foi compelido a aceitar a batalha nos campos do Rosário ou Itusaingó; e também bastará que o exército encarregado da simples defensiva (o mais desigual e perigoso sistema que pode adotar-se na guerra), em pouca cousa exceda à força numérica do exército invasor.

“Mas, se a defesa consiste nas condições tácticas que largamente enumera “em tal caso força é colocar à frente do nosso exército um General digno dêste título e ainda com êle não bastam 15.000 homens para completar a defesa, nem nos sobriariam 30.000 para fazer respeitar uma fornteira de 260 léguas de extensão”. Estuda, então, o plano geral de fortificações, o deslocamento das unidades que deverão obstar o passo ao invasor; exalça a ação de Caxias “na brilhante e bem calculada campanha do sul”. Com intuítos de defesa divide a Província em secções:

“Eu colocaria, informa, 6.000 homens na primeira subdivisão da segunda secção territorial, em Alegrete; 6.000 na segunda subdivisão da mesma segunda secção, S. Gabriel; 6.000 na terceira subdivisão entre a capela do Herval e Bagé, quinze léguas distante desta última povoação; 6.000 na segunda subdivisão da segunda secção junto à cidade de Pelotas, 3.000 na segunda subdivisão da primeira secção em Itaqui; 3.000 na segunda subdivisão da segunda secção entre os arroios Velhaco e os grandes tributários do Camaquã”. Passa em revista o problema fundamental de qualquer operação de guerra no

Rio Grande: a aquisição de cavalos, sugerindo os meios de adquirilos, ou estabelecendo grandes "estâncias nacionais de remonta". Aborda também a questão dos viveres. E por último, cauteloso, indica, "a eficaz cooperação de um aliado deste lado da América do Sul.

"Trata em seguida da "População". Reviu toda a literatura estatística da época. Confronta, investiga. Halley, Kerseboom, Condorcet, Simpson, Malthus e uma infinidade de estudiosos de assuntos estatísticos, lhe são familiares. Estabelece relações, dadas as diversidades de clima, território e outros fatores econômicos e sociais, para nascimentos e mortes, no Rio Grandê do Sul. Determina as percentuais diversas com que joga para tirar conclusões e observações que poderiam ser subscritas ainda hoje.

"A "Agricultura" ocupa um largo capítulo. Precede-o um estudo histórico que revela larga consulta bibliográfica. O trigo lhe merece destaque especial. Trata largamente sobre a criação de animais. No tempo de José Bonifácio lhe apresentará uma Memória sobre a introdução de dromedários para transportes nas largas campanhas do sul. Coincidia com outra que o Patriarca da Independência enviara também a D. João VI. Mas, o assunto, com a queda de José Bonifácio não teve solução. Lembra a criação de companhias agrícolas, de grandes organizações industriais. Domingos José de Almeida colabora na questão do xarque. Insiste na fundação de "Fazendas Nacionais" para a remonta do exército. De 1837 a 1844, informa, foram dispendidos 980:822\$598 rs. com a compra de cavalos, só no Rio Grande do Sul.

"Os capítulos seguintes são dedicados ao "Comércio". Estuda com copiosos dados numéricos a estatística comercial de todos os municípios da Província, importação, exportação, rendimentos alfandegários, movimento fluvial e marítimo, em suma, todas as modalidades da riqueza e da produção do Rio Grande do Sul.

"Não se pode num rápido escôrço dar uma idéia precisa desse trabalho, que é bastante para consagrá-lo um estudioso, um sábio.

"Nos últimos tempos agravara-se-lhe a neurastenia profunda adquirida aos choques das mais cruéis decepções. Antiga enfermidade amargara-lhe os dias. Na manhã de 30 de junho de 1848, ao entrar no seu quarto um continuo da Estatística, que fora o antigo comandante da escolta que o acompanhara a Itapua, encontrou-o morto, enregelado, sobre o leito em que dormia.

"Tinha a seu lado, na mesa de cabeceira, o monumental trabalho que lhe consumira os dois últimos anos de vida operosa e digna que terminou aos sessenta e cinco anos de idade.

"Esquecido pelos seus coetâneos, quase desconhecido hoje, ressurge ao esplendor da sua intelectualidade, nas observações admiráveis, no caráter íntegro, no profundo apêgo que consagrou à sua Pátria, a qual soube servir com honra, ilustrando seu nome nos campos de batalha da velha Europa, representando-a com inteireza no exterior, e glorificando-a pelo saber e pela inteligência."

A Estatística no Regime Republicano

No período Republicano, a Estatística Rio-grandense encontrou a atmosfera ideal para o seu amplo desenvolvimento; pois, embora lentamente, ela foi conquistando sem interrupção tôdas as etapas necessárias ao seu integral aperfeiçoamento.

Um dos primeiros atos do saudoso Visconde de Pelotas, ao assumir o Governo do Rio Grande, foi o da criação da Repartição de Estatística, de cujo passado já só existem alguns trabalhos recolhidos ao Museu. Justificando o seu ato n.º 32, de 29 de dezembro de 1889, que criou a Repartição de Estatística, como uma das frês Diretorias da então "Superintendência das Obras Públicas", assim se expressava aquele eminente estadista, a quem não faltava nítida compreensão do valor da estatística para elaboração dos planos de administração: "Considerando ser de absoluta necessidade criar uma repartição que especialmente se encarregue de colher dados estatísticos que possam servir de base à solução dos múltiplos problemas que ao Estado cumpre resolver"...

Por Ato n.º 185, de 12 de maio de 1892, o Governo de então, "reconhecendo que o serviço de estatística é de utilidade universalmente reconhecida e portanto necessário", tratou de reorganizar a Repartição, declarando que em tal reforma tinha por fim o tradicional princípio de manter a continuidade do serviço.

Pelo Decreto n.º 42, de 10 de janeiro de 1895, a Diretoria de Estatística, que até então funcionara na Secretaria das Obras Públicas, foi anexada à do Interior, constituindo a 3.ª Diretoria da Repartição Central, conforme discriminação feita depois taxativamente pelo art. 5.º das DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES do Decreto n.º 119, de 31 de dezembro de 1897.

Em 1906 (Decreto n.º 876, de 8 de Março) constituiu-se a *Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca*, subordinada à Secretaria do Interior. Pelos arts. 1.º e 5.º do regulamento, foram novamente definidas as funções da Secção de Estatística, segunda da Repartição, a saber:

1.º — Executar, coordenar e analisar todos os trabalhos estatísticos que se relacionarem com o estado físico, econômico, comercial, industrial, político, administrativo, moral e intelectual do Estado.

2.º — Formular planos e dados necessários à exata apreciação de qualquer ordem de fatos ocorrentes no Estado e susceptíveis de redução à fórmulas numéricas.

3.º — Prestar as informações estatísticas de que carecer a administração pública.

4.º — Executar os trabalhos do recenseamento geral da população, segundo o plano que fôr organizado.

5.º — Classificar os dados estatísticos e censitários que recolher, agrupá-los cientificamente, estabelecer as proporções aritméticas e geométricas a que êles se prestarem, expô-los em diagramas ou por outro método gráfico.

Alem dêsses, ela teria ainda o encargo de:

“Propagar pelos meios a seu alcance o conhecimento da necessidade e das vantagens da estatística, promovendo o concurso da iniciativa individual para a aquisição dos dados e das informações convenientes”.

Por dec. n.º 1.435, de 11 de fevereiro de 1909, o Governo do Estado, considerando o grande desenvolvimento que iam tendo os serviços afetos às Secções do Arquivo Público e a necessidade de dar autonomia a cada uma delas, resolveu desanexar, dessa triplíce Repartição, a Biblioteca e a Estatística, que passaram imediatamente a constituir duas Repartições autônomas.

Depois, pelo Dec. n.º 1.853, de 24 de junho de 1912, o Governador do Estado, — “considerando que o serviço de Estatística, abrangendo vários ramos da atividade humana, exige, porisso, uma série de conhecimentos; considerando, mais, que essa circunstância aconselha a divisão dêsse serviço por secções, de modo que o respectivo pessoal, obrigado ao estudo de menor número de assuntos, possa assim se especializar” — reorganizou a Repartição de Estatística, ficando constituída por três secções: a primeira, de *Estatística Econômica*; a segunda, de *Estatística Política*; a terceira, de *Estatística Demográfica*, cogitando também do número de funcionários do respectivo quadro.

O Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, que, no período presidencial (1908 a 1913), se notabilizou por uma soma inestimável de empreendimentos de grande projecção na vida econômica e social do Rio Grande, consubstanciou a sua magistral obra administrativa em dois decretos de inestimável valor histórico: o primeiro desanexando o Serviço de Estatística de outra repartição e dando-lhe a necessária autonomia, em 1909; o segundo, reorganizando, em 1912, seu aparelhamento dentro de normas eminentemente técnicas, com a criação de 3 secções especializadas que ainda hoje, não sofreram solução de continuidade quanto aos seus característicos mais elementares.

No período governamental do Dr. Borges de Medeiros, cidadão de grande cultura filosófica e, por isso mesmo, sábio cultor da verdade pura, continuou a Estatística Gaúcha, por largos anos, a gozar do mais alto conceito por parte da Administração que não regateava recursos materiais para o seu maior aperfeiçoamento técnico e científico. Para que nas suas linhas estruturais e na sistematização dos serviços a Estatística Rio-grandense pudesse nivelar-se às melhores organizações congeneres nacionais e estrangeiras, criou o Governo do Dr. Borges de Medeiros, em 1926, a rede de informações do Interior, nomeando, conseqüentemente, um delegado para cada comuna, afim de coletar os dados nas próprias fontes. Essa instituição das agências municipais,

que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua alta sabedoria e intuição técnica, muitos anos depois viria consagrar, em normas mais ou menos semelhantes, foi estabelecida mediante um convênio interadministrativo, firmado entre o Estado e os municípios, e constitui a primeira organização deste gênero no País.

No Governo do Dr. Getúlio Vargas, recebeu a Estatística Gaúcha todo o apóio e prestígio a que fazia jus.

Em 1936 é ratificado o convênio assinado, na Capital da República, entre o Estado e o Instituto Nacional de Estatística, para padronização das estatísticas brasileiras, firmado, em nome do Governo do Rio Grande do Sul, pelo seu representante Dr. Raul Pilla, então Secretário da Agricultura, que, a-pesar-da sua curta permanência na direção de uma das mais importantes pastas da Administração, se impôs à consideração e reconhecimento dos obscuros obreiros da Estatística pelo interesse e entusiasmo com que se empenhou na efetiva integralização dos serviços regionais nas normas traçadas pela Convenção.

Diretores da Estatística Riograndense na Fase Republicana

Durante o período Republicano, até a presente data, teve a estatística Riograndense os seguintes diretores, colocados de acordo com a ordem de sucessão:

- 1.º Duarte Ribeiro
- 2.º Francisco Gonçalves Miranda
- 3.º Arthur Candal
- 4.º João Pereira Gomes
- 5.º Júlio Varques
- 6.º Nataniel Cunha
- 7.º Artur Candal
- 8.º Augusto M. de Carvalho
- 9.º Otávio M. Mascarenhas
- 10.º Augusto M. de Carvalho

Assumindo, em 1907, a direção da Estatística do Rio Grande do Sul, seu Estado natal, o agrônomo *Júlio Vasques*, antigo colaborador do almanaque do Dr. Graciano de Azambuja, revelou-se, desde logo, um espírito culto e de grandes possibilidades de realização no desempenho do cargo para que fôra escolhido. Homem simples, dotado de uma extraordinária capacidade de trabalho, de um caráter sem jaça e de firme autoridade, Júlio Vasques simbolizou, por largos anos, a estrutura moral da própria instituição que dirigia. Com grande tino administrativo, possuindo admirável senso prático e perfeita intuição técnica dos trabalhos estatísticos, com uma perseverança e tenacidade sem limites, sistematizou, definitivamente, os serviços de estatística do Estado e realizou trabalhos notáveis que o estão a recomendar a gratidão dos seus coestaduanos. A modelar organização dos trabalhos de estatística demográfica do Rio Grande é uma realização só por si digna de

recomendar-lhe à justiça da posteridade, se tantos outros não chegassem para documentar seu mérito e encher de glórias o seu nome.

O sr. *Artur Candal* que, na primeira gestão, teve curta permanência no cargo de Diretor, na segunda tornou-se um dos beneméritos da Estatística Rio-grandense, pois, além da possuir primorosa cultura, revelou-se um excelente estudioso da técnica estatística, trabalhando, intensamente, para aperfeiçoar e dar expansão ao Departamento que dirigia com os mais satisfatórios resultados.

O sr. *Augusto Meireles de Carvalho*, ao contrário do Sr. Artur Candal, fêz longo estágio na primeira gestão, quando realizou um trabalho notável pela Estatística do seu torrão natal. Inteligente, espírito irriquieto, dominado por um grande anseio de realizações, conseguiu converter em realidade o seu grande sonho de tornar a repartição que dirigia uma das primeiras, em organização, na América do Sul, consoante expressão de um abalizado técnico norte-americano. E, sem favor, pode afirmar-se que a Estatística regional deve à sua cultura, à sua argúcia, à sua tenacidade, a fase mais produtiva, mais brilhante e mais intensa de desdobramento da sua estrutura técnica.

Enfim, todos os que estiveram à frente dos destinos da Estatística, no período republicano, cooperaram, ardorosamente, dentro das suas possibilidades, para maior aperfeiçoamento dêste Departamento técnico estadual.

O início de uma nova fase

De 1930 a 1937, não obstante o esforço desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um dos mais patrióticos empreendimentos dos nossos tempos, com âmbito de ação em todo o País, visando a padronização da Estatística Brasileira, e os compromissos assumidos pelo Estado, perante a referida instituição, a repartição estadual viu-se na contingência de paralisar toda a sua atividade, pela falta do mais rudimentar material de apuração.

Nesse lapso de tempo, a Administração do Rio Grande resolveu, sistematicamente, imobilizar, como o fêz, o excelente aparelhamento Estatístico do Estado, pondo em prática as medidas mais humilhantes para consecução dêsse fatal desiderato.

Em 1938, a Administração Rio-grandense, integrada no sadio espírito renovador do Estado Novo, voltou, imediatamente, a sua atenção para o aparelhamento Estatístico, dando-lhe um prédio para sede e dotando-o de um equipamento "Hollerith".

E para concluir a obra de renascimento vitalizador do organismo estatístico, atrofiado e combalido pela mais lestimável indiferença e desprestígio do poder público, situação essa perdurante por cerca de 7 anos, o Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado, solicitou a vinda de um técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para reorganizar os serviços estatísticos regionais, adaptando-os às normas daquela já consagrada Instituição Brasileira, para o que prometeu pôr em prática todas as providências e proporcionar os recursos necessários à obtenção dêsse grandioso objetivo.

Porisso já se encontra entre nós o Sr. Barreto Falcão, funcionário de primorosa cultura, de extraordinária capacidade de trabalho e de invejável espírito de organização, para tornar efetivo o ressurgimento integral da Estatística Rio-grandense, esquematizando o seu plano de trabalho dentro das normas científicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Sr. Barreto Falcão não traz somente as credenciais de Delegado do Instituto, mas uma vasta bagagem de realizações de caráter técnico, administrativo e literário e uma vontade inflexível de vencer a mais árdua das tarefas que já lhe foi confiada, do que, estou certo, conseguirá desincumbir-se cabalmente, dada a firmeza, serenidade e prudência com que vai vencendo os naturais obstáculos iniciais.

Porisso, dentro em breve, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cuja Secretaria se encontra o nosso eminente patricio e insigne mestre Dr. Teixeira de Freitas, terá atingido uma das maiores etapas para integral normalização técnica da Estatística Brasileira.

Dêsse fato, verdadeiramente auspicioso, a Administração do Rio Grande, como o povo Gaúcho, hão de colher os mais salutareos benefícios pela eficiência técnica que será imprimida ao órgão centralizador das estatísticas regionais.

Serviços de Estatística

São os seguintes os departamentos oficiais que possuem serviços de estatística organizados no Rio Grande do Sul:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
(Estatística Educacional)

TESOURO DO ESTADO
(Serviço de Estatística da Fazenda)

VIAÇÃO FÉRREA

PÓRTO DO RIO GRANDE

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
(Estatística Demográfica Sanitária)

CHEFATURA DE POLÍCIA
(Gabinete de Identificação)

PREFEITURA DA CAPITAL

FONTES DE INFORMAÇÃO

Para elaboração do presente estudo histórico, foram compulsados: relatórios apresentados pelos diretores da Estatística à administração estadual, inclusive os de 1836 e 1857; Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Mensagens Governamentais; e "Ementário da Legislação Rio-Grandense", de Oldemar Röhrig.

Sugestões sôbre a Organização da Estatística da Província de São Pedro do Rio Gr. do Sul

ASSUNTOS MILITARES

1822

Devendo apresentar a minha opinião sobre o objeto do Officio, que dirigio a este Gov.^o o Coronel Engenheiro da Prov.^a, respondendo áquelle pelo qual era encarregado de formar a Estatística deste Paiz, segundo as Ordens Soberanas; eu não posso deixar de confessar, que as razoes ali expendidas pelo dito Coronel, mostrando as grandes difficuldades, com que tem de arrostar para vir ao cabo da empreza, que só a elle lhe comete, são de maior pezo.

Com effeito, a Estatística de hum Estado, de hua Provincia mesmo, he obra do mais excessivo e prolixo trabalho; he hua obra, que fazendo parte da Economia Politica, ainda hoje a não tem feita muitas Naçoens civilizadas, e cultas.

Ha alguns pares de annos a Inglaterra, tão desvelada, exata, e cuidadosa no adiantamento de muitos objectos scientificos, só tinha ideas confuzas da Estatística do seu Paiz. A França depois de trabalhos longos, e peniveis, não poude, até lá bem poucos tempos, alcançar mais do que o precizo conhecimento dos elementos da Estatística; e a composição de quadros, e Mappas, cujas columnas restavão a encher-se: estando mui longe de lizongear-se, mesmo depois de terminar esta tarefa, com a posse de hua Estatística completa.

Mas, porque estes factos provão embaraços, e difficuldades grandes na natureza da empreza; estorvos, e trabalho assiduo; devemos nós abandonar a Obra como se fosse ella insuperavel?

E não dar-mos outras mostras de nosso desvello na effectuação da Ordem Soberana para este fim, se não a remeça da correspondencia de Officios do Gov.^o para o Coronel Engenheiro, e deste para o Gov.^o, sobre tal hum assumpto?

Ninguem, por pouco que reflicta, dirá, que assim satisfazemos em materia de tão transcendente importancia ao nosso dever. A Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Brasil, altam^{te}. esclarecida, exige de necessidade absoluta os dados que fornecem as Estatísticas para as combinaçoens, que tem de formar; afim de "como lhe cumpre" dar impulso seguro, e grande, a prosperidade, abundancia, e riqueza deste bello, e precioso Imperio; tomando em concideração os recursos, que elle para isto offerença em todos os sentidos. A Assembleia porem sabe, que hua Estatística, mesmo aproximada á perfeição, he difficilima

execução. Sabe, que he Obra do tempo, de assidua indagação, da applicação de muitos Sujeitos, collectivamente empregados, para seu dezempenho. Estou portanto persuadido, que a Assembleia não espera hua Obra prima na Estatistica, que lhe for inviada desta Provincia e nem a poderia esperar, ainda com as circumstancias de sufficiente tempo, e outros requizitos; porque quaes quer produçoens do Espirito, em qualquer genero, não se apresentão logo consumadas nas suas primeiras tentativas, e ensaios: sendo com tudo verdade, que já mais as teriamos na dezejada perfeição, se, retidos os homens pela idéa da fraqueza, e debilidade dos começos, nunca se affoutasem á empreza.

Destas reflexoens concludo, que o nosso esmêro deve cifrarse em cooperarmos para tão util fim, pelas mais promptas, e adequadas disposiçoens; sem perder-mos hum instante em promover obra, em que se empenha, não menos o interesse geral, q' o bem particular da Prov.^a.

E como se deva mostrar hum plano, que abraçe meios conducentes ao consequim.^o do intento; lembro-me de fornecer alguns artigos, que julgo tenderem a essa execução.

A Estatistica tem por objeto conhecer as riquezas e as forças de hum Estado, apresentando: 1.^o O Quadro de sua estenção territorial. 2.^o de sua População. 3.^o de suas produçoens. 4.^o de suas fabricas. 5.^o de seu Comercio. Taes não as bazes principaes.

Art.^o 1.^o Para saberse a estenção territorial, dever-se-ha procurar, que se levante hum Mappa Corografico, o mais exato possível: e se já o houver nesta Secretaria, ou algum dos Officiaes Engenheiros o tiver; dever-se-ha fazer copiar para se unir a Estatistica.

Outro sim; officiar-se nos termos mais pozitivos, e urgentes aos Comes. dos Districtos, para que quanto antes remettão ao Gov.^o hum Mappa axacto do n.^o de Estacias, ou Fazdas., de seu Districto, com a declaração das legoas que cada hua tem, e Gado que a povôa.

Art.^o 2.^o Para saber-se da população; dever-se-ha officiar ao Vigarario Geral interino da Prova, para que sem perda de tempo exija de cada hum Parocho, ou Cura, de baixo da mais restricta responsabilidade, pela verdade, que este Gov.^o escrupulozamente., hade procurar verificar, o Mappa da população de cada Freguezia, ou Curato; o numero de Eccleziasticos, que habitão seus Districtos; e o n.^o de Igrejas, ou Capellas nelle edificadas. Outro sim, dever-se-ha procurar ter hum Mappa da Força da pr.^a Linha do Exercito desta Prov.^a, e igualmente do Estado Maior empregado no Paiz devendo ser od.^o Mappa feito por hum calculo aproximado, vista a impossibilidade que este Gov.^o encontrou quando o quiz apresentar exacto á Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, pelo não haver fornecido o General das Armas, a qm. este Gov.^o por vezes o pedio. Igualm. tambem o Mappa da Força de Millicias tanto de Inf.^a, como de Cavallaria.

Tem aqui lugar o apresentar-se a enumeração das couzas, que dizem respto. a defeza Militar do Paiz; como Fortalezas, Arcenaes, Trem etc. etc. Hospitales Militares, e todos os mais objectos do Art.^o Guerra. Para isto poderá servir a mesma Relação, que á pouco se acabou de enviar a mesma Secretaria de Guerra.

Art. 3.^o Para saber-se das produçoens, e Comercio da Prov.^a, dever-se-ha Officiar á Junta da Fazda. Nacional para remetter a este

Gov.^o as Tabellas do rendimt.^o, e despeza do anno proximo passado: e bem assim; Officiar-se ao D^r. Juiz da Alfandega para enviar ao Gov.^o o Mappa da exportação, e importação, isto he, o Mappa do anno proximo passado dos Rendimtos. da Alfandega, segundo os generos ali despachados, tanto nesta Cid., como no Consulado do Rio Gre.

Art. 4.^o Como porem estes diversos elementos devem ser recolhidos, ordenados, e dispostos em Corpo, formando hum todo regular, com o nome de Estatistica. Para se encarregar desta Obra escolherá e convidará o Gov.^o á pessoas intilgentes, e habeis, que serão em n.^o de coatro.

Art.^o 5.^o Dever-se-ha indispensavelmente nomear no referido numero; Os Eengenheiros o Corel. João Bapta. Alves Porto, e o Coronel Jose Pedro Cezar; o outro Socio deverá ser Dr. Fizico da Prov.^a e o coarto hum Negociante desta Praça, que seja capaz de cooperar em taes trabalhos, dando principalmente, as informações sobre Comercio, e Agricultura do Paiz.

Art.^o 6.^o Formada assim esta Associação para dirigir o Mappa Estatistico, poderá ter as suas Conferencias, onde amigavelm. se convenccionar devendo, toda via, o Gov.^o fazer-lhe constar, que estará sempre, que a Associação queira, para as referidas Conferencias, hua sala prompta no proprio Palacio.

Art. 7.^o Por ultimo; o Gov.^o fornecerá da Secretaria todos os materiaes, que a Associação para o Mappa Estatistico da Prov.^a exigir afim de melhor dezempenhar seu encargo: o que igualm^{te}. se lhe fará participante: não se poupando o Gov.^o a nenhum trabalho, que coopere p.^a a perfeição de tão importantissima Obra.

Francisco Xavier Ferreira

Palavras do Dr. Bulhões de Carvalho sobre a Estatística do Rio Grande

Prefaciando o primeiro Anuário publicado pela Repartição de Estatística do Rio Grande do Sul, em 1922, assim se externou o Dr. Bulhões de Carvalho:

“Não há muito tempo tive ensejo de congratular-me com o Governo do Estado do Paraná pela recente criação de uma repartição de estatística, acontecimento deveras auspicioso, não só para a administração local, como para a própria Diretoria Geral de Estatística, muito interessada no desenvolvimento do registo de informações numéricas sobre o progresso da República nos seus diferentes aspectos, atendendo a que, pela sua complexidade e extensão, a pesquisa desses elementos, para ser satisfatória e assaz compreensiva, exige a ação conjugada dos poderes públicos, representados quer pelos órgãos oficiais do governo federal, quer pelas demais organizações locais a cargo dos Estados autônomos e até mesmo das próprias municipalidades, na órbita especial em que administrativamente se move cada uma dessas entidades políticas.

São evidentes as vantagens decorrentes dessa cooperação, ainda mesmo que se manifeste apenas pela identidade dos objetivos a atingir e não chegue a estabelecer entendimentos expressos, destinados a criar mútuas obrigações e a influir nos métodos e no plano geral dos inquéritos a serem efetuados.

A Estatística, como afirma *Berthelot*, “é uma obra coletiva, que se processa no correr do tempo pelo esforço de uma série de obreiros, sucessivos e associados, por um entendimento tácito, na pesquisa da verdade pura”. Esta expressiva definição explica o justo contentamento profissional de todos quantos, consagrados à indagação das leis numéricas que presidem o evoluir da coletividade humana, vêm surgir, progressivamente, as fontes de informação, multiplicar-se, com os aparelhos de inquéritos, o exército de investigadores intelectuais, ativamente empenhados em abrir novas perspectivas aos domínios cada vez mais aperfeiçoados da aritmética social.

No Brasil, onde, infelizmente, é lamentável a falta de agências oficiais coletoras e compiladoras de dados estatísticos e onde a iniciativa particular não auxilia de modo eficaz a ação, já algo precária, dos poderes públicos, a organização de uma nova repartição de estatística é sempre um acontecimento memorável e digno de especial registo.

A satisfação que me causou a noticia de haver o govêrno do Estado do Paraná instalado um serviço congênere ao que mantém a tradicional Repartição de Estatística do Rio Grande do Sul, é a mesma com que atendo agora ao convite dêsse conceituado departamento técnico, aceitando a insigne honra de apresentar ao público o seu primeiro "anuário".

O trabalho em via de ser publicado coroa uma série de perseverantes esforços, cujo êxito constitue um dos maiores benefícios prestados pela República à antiga provincia de São Pedro, pois se o adiantado Estado sulino deve grande parte de sua indiscutível prosperidade à honesta orientação do govêrno que o administra há longos anos, esclarecido em suas resoluções pelos algarismos da estatística estadual, esta, por sua vez, é obra exclusiva do mesmo govêrno, coincidindo o seu início com o regime republicano e o seu desenvolvimento com as facilidades criadas pela clarividente solicitude da administração regional, ao lado do patriotismo disciplinado que caracteriza as populações meridionais do Brasil.

Seria uma injustiça acusar a monarquia de se haver alheado ao problema da estatística nas antigas circunscrições territoriais em que se dividia o Império. No Rio Grande do Sul, a ação dos altos mandatários do govêrno central naquela época é atestada por vários documentos e pela tradição dos que, com mais ou menos felicidade, se ocuparam da coleta e compilação de dados estatísticos. Os trabalhos do Coronel *José Pedro César*, o Dr. *José Marcelino da Costa Cabral*, e, principalmente, do Conselheiro *Antônio Manuel Corrêa da Câmara* e do Engenheiro *Antônio Eleutério de Camargo* revelam que a monarquia não tinha pela estatística amores meramente platônicos, como pretendeu um illustre escritor contemporâneo. O verdadeiro progresso nessa espécie de estudos é, porém, quanto ao Rio Grande do Sul, obra exclusiva das administrações republicanas, que se sucederam a partir de 1889, assinalando o seu advento pela criação da repartição organizadora do presente "anuário", em virtude do ato n.º 32, de 29 de dezembro do referido ano. Dessa data em diante, a-pesar-das vicissitudes políticas que perturbaram os primórdios do novo regime, tem prosperado bastante aquele operoso departamento administrativo, afirmando a sua crescente eficiência nas numerosas publicações que tem divulgado, sobretudo a partir de 1908, sob a proficiente orientação dos srs. *Júlio Vasques*, *Nataniel Cunha*, *Artur Candal* e do atual diretor *Augusto de Carvalho*.

A publicação do "anuário", impunha-se com mais um progresso revelador do grau de prosperidade da estatística no Rio Grande do Sul. Nesse particular, segue a estatística rio-grandense o exemplo de tôdas as repartições congêneres do mundo, que costumam apresentar, regularmente, em edições anuais, os resultados mais recentes dos inquéritos por elas efetuados. Quanto ao Brasil, coube-me a iniciativa de adotar na Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, a prática consagrada pela experiência dos povos mais adiantados.

Justos aplausos não de acolher o aparecimento do 1.º volume do "anuário estatístico" do Rio Grande do Sul. E' essa e forma de publicação mais apreciada e geralmente preferida em todos os meios cultos, onde o interêsse pelos assuntos políticos, econômicos e sociais não

se restringem à curiosidade dos especialistas ou a uma pequena minoria de privilegiados intelectuais. O "Anuário estatístico" é a melhor obra de educação cívica que podem editar os governos sinceramente empenhados em instruir o povo. Reflete a vida da comunidade em suas múltiplas manifestações com a fidelidade de um espelho, define o progresso, sublinha as suas necessidades mais palpitantes, atesta, na sóbria linguagem das cifras, os resultados das providências administrativas, destinadas a assegurar o bem-estar geral e apreciáveis nos quadros da estatística demográfica, da estatística econômica e da estatística moral.

"O público, o grande público que faz opinião nas democracias", diz *Gaston Cadoux*, antigo presidente da Sociedade de Estatística de Paris, "só acompanha de longe o impulso da *élite* refletida. Para conquistá-lo, torna-se mister agir útilmente. A opinião pública terá em nós tanto maior confiança, acatará tanto melhor os nossos conselhos, quanto mais isentos forem os nossos algarismos e os seus derivados das involuntárias deformações que dificultam o reconhecimento da realidade". A verdade pura e simples é o caminho mais seguro para atingir esse desiderato. "Se o estatístico se contentar em apresentar os algarismos que tiver colhido, conscienciosamente, haurindo as informações em fontes seguras, a sua obra é tão útil quanto inatacável", — doutrina por sua vez *Edmond Duval*, — competindo ao leitor deduzir os conceitos que lhe forem sugeridos pela sua própria análise e pela orientação das suas idéias".

Em matéria de estatística, o "anuário" é a publicação popular por excelência, a mais conforme com os requisitos apontados pelos mestres cujo modo de pensar acaba de ser reproduzido. Adotando-a para divulgação dos resultados dos seus inquéritos, o governo do Rio Grande do Sul faz jus aos aplausos de todos quantos se interessam pelo progresso da estatística no Brasil, ao mesmo tempo que presta um inestimável serviço aos habitantes do Estado, facultando-lhes os elementos para que possam individualmente avaliar as condições da prosperidade que desfrutam, conseqüentes às acertadas providências da administração local nos negócios públicos confiados à sua conciente, honesta e criteriosa direção".

Rio, 17 de novembro de 1922.

Legislação Estatística do Rio Grande do Sul

ATO	NÚMERO	DATA	EMENTARIO
Lei	4	27-6-1835.	Orça a receita e fixa a despesa da Província para o exercício de 1835 a 1836, no art.º 1.º, § 6.º, figurando a verba de 3:000\$000 para atender às despesas com a estatística provincial.
Lei	59	2-6-1846	Orça a receita e fixa a despesa da Província no Título VIII, figurando a verba de 4:400\$000 para ser gasta com o encarregado da Estatística, 2 amanuenses, expediente e outras despesas.
Decreto	110	3-12-1847	Provê cada comarca da Província de um engenheiro encarregado das obras públicas. Art. 3.º: Compete aos engenheiros em suas respectivas comarcas: § 5.º: Organizar a estatística dos municípios de suas respectivas comarcas.
Lei	150	5-8-1848	Orça a receita e fixa a despesa, figurando a verba de 5:200\$000, no Título VII, para gastos com o encarregado da Estatística, 3 amanuenses, expediente e outras despesas.
Lei	199	5-12-1850	§ 3.º do art.º 3.º, extingue a Repartição de Estatística e o Arquivo Público.
Lei	367	4-3-1857	Pelo art.º 32, Título III das Disposições Gerais, é autorizado o Presidente da Província a fazer as despesas indispensáveis para obter e coligir dados para a organização da estatística da Província.

ATO	NÚMERO	DATA	EMENTARIO
Lei	403	18-12-1857	Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1858, no art.º 1.º, § 16.º, figurando uma verba de 3:800\$000 para gastos com a estatística.
Regul.	20	21-12-1857	Reorganiza a Repartição de Obras Públicas, no art.º 5.º, § 3.º, dizendo que competia ao Inspetor: "Colher nos lugares em que se achasse, todos os materials precisos para a estatística provincial".
Lei	428	8-1-1859	Autoriza o Presidente da Província a dar regulamento à Repartição de Estatística, applicando quanto possível seus esforços a formar o cadastro da Província.
Lei	446	4-1-1860	Art.º 1.º, 16.º, prevê uma verba de 3:200\$000 para gastos com a estatística provincial.
Lei	466	2-4-1861	§ 16.º, do art.º 1.º, reza: "Estatística, passando o colaborador a amanuense e elevando o ordenado de cada um d'elles a 800\$000 annuaes". Verba 3:600\$000,
Lei	740	28-4-1871	Dá nova organização à Repartição de Obras Públicas, no art.º 1.º, n.º 5, dizendo competir a essa Repartição: "Organizar a carta geral, itinerária, estatística e geológica e o cadastro da Província."
Ato	452	1-7-1873	Manda suprimir a 5.ª secção da Secretaria do Governo. De acôrdo com esse ato, ficam attribuidos à 4.ª secção, entre outros serviços: Divisão administrativa e estatística da População.
Ato		8-5-1878	Distribue o pessoal da Secretaria do Governo pelas cinco secções existentes. A 2.ª Secção, como encarregada do serviço especial de estatística criminal.
Ato	82B	1-7-1884	Dá nova organização à Repartição de Obras Públicas Provinciais. O art.º 4.º, § 7 do Regulamento anexo d'esse Ato, diz: "Ao engenheiro compete: coleccionar da-

ATO	NÚMERO	DATA	EMENTARIO
			dos estatísticos que possa colher, relativos à população e comércio, organizando tabelas que indiquem a importação e exportação dos municípios, cidades e vilas.
Lei	1607	14-12-1887	Determina que as câmaras municipais, um ano depois de publicada esta lei, remetam à presidência diversos dados estatísticos.
Ato	32	29-12-1889	Cria na Superintendência Geral das Obras Públicas a Diretoria de Estatística.
Ato	185	12-5-1892	Dá nova organização à Diretoria de Estatística e adota outras medidas correlativas:
Ato	90	29-12-1894	Manda observar na Diretoria de Obras Públicas e na Estatística o art.º 42 do regulamento desta Secretaria, de 2-5-1890, relativo à substituição dos empregados.
Decreto	42	10-1-1895	Transfere, da Secretaria de Obras Públicas para a do Interior e Exterior, o Serviço de Estatística.
Decreto	119	31-12-1897	Pelas disposições regulamentares é classificado como 3.ª diretoria da Secretaria do Interior o serviço de Estatística, art.º 5.º.
Decreto	876	8-3-1906	Anexa a Diretoria de Estatística e a Biblioteca Pública à nova Repartição do Arquivo Público e expede o regulamento respectivo.
Decreto	1249	13-1-1908	Determina que sejam remetidos trimestralmente à Repartição do Arquivo Público, os mapas extraídos do registo civil dos casamentos, nascimentos e óbitos.
Decreto	1508	16-8-1909	Modifica o dec. n.º 1249 de 13 de janeiro de 1908.
Decreto	1435	11-2-1909	Desanexa da Repartição do Arquivo Público, as respectivas 2.ª e 3.ª Secções, constituindo respectivamente as Repartições de Estatística e Biblioteca Pública.

ATO	NÚMERO	DATA	EMENTÁRIO
Decreto	1853	24-6-1912	Reorganiza a Repartição de Estatística, criando três secções.
Decreto	2048	9-1-1914	Cria o cargo de continuo na Repartição de Estatística.
Decreto	2506	17-1-1920	Determina as matérias sôbre que devem versar os concursos para provimento dos cargos da Repartição de Estatística e Junta Commercial.
Decreto	2665	4-10-1920	Aprova o Regimento da Repartição de Estatística.
Decreto	3361	2-9-1924	Derroga o art.º 1.º do dec. n.º 2506 de 1920 com referência as matérias para o concurso na Repartição de Estatística.
Decreto	3731	27-12-1926	Reorganiza o serviço da Repartição de Estatística.
Ato	7	6-2-1927	Aprova os convênios celebrados entre o Estado e os municípios sôbre a criação da rêde de coleta de dados no Interior.
Decreto	3805	18-2-1927	Altera o art.º 45 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 3731 de 27-12-1926, relativo ao horário do expediente da Repartição.
Decreto	3813	22-3-1927	Amplia aos escrivães, notários e oficiais do Registo Geral e de Imóveis as disposições do Dec. 1508 de 1909, relativamente à obrigação da remessa de mapas à Repartição de Estatística.
Decreto	4071	12-6-1928	Aprova o Regulamento da Repartição de Estatística.
Ato	263	12-6-1928	Promove o chefe de Secção, João da Costa Soares, a subdiretor, cargo criado em consequência do decreto 4071, de 12-6-1928, que aprovou o novo Regulamento da Repartição de Estatística.
Decreto	4905	14-12-1931	Designa representantes do Estado na 4.ª Conferência Nacional de Educação a realizar-se na Capital Federal, os srs. dr. Ariosto Pinto e Augusto Meireles de Carvalho.

ATO	NÚMERO	DATA	EMENTÁRIO
Ato	520	28-12-1931	Approva o convênio de Estatística celebrado entre o Estado e o Município de Santa Rosa.
Decreto	4938	16-2-1932	Approva e ratifica o Convênio de que trata o Decreto Federal n.º 20826, de 20 de dezembro de 1931.
Decreto	5271	14-2-1933	Transforma na Repartição de Estatística em cargo de Chefe de Secção um lugar de primeiro oficial.
Decreto	5506	3-1-1934	Nomeia diretor da Repartição de Estatística o dr. Otávio Macedônia Mascarenhas.
Decreto	5970	26-6-1935	Cría a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, anexando a Repartição de Estatística a esta como uma Diretoria.
Decreto	6127	27-12-1935	Cría o cargo de Diretor Geral de Estatística.
Ato	524	31-12-1935	Nomeia o Diretor Geral do Serviço de Estatística do Estado.
Decreto	6278	28-8-1936	Ratifica o convênio firmado na Convenção Nacional de Estatística de que trata o Dec. Federal n.º 1022 de 11-8-1936, passando a Estatística a ser uma Diretoria Geral.
Decreto	6385	28-1-1937	Cría a Junta Executiva Regional de Estatística.
Decreto	6386	28-1-1937	Regulamenta o funcionamento da Junta.
Decreto	6500	11-5-1937	Designa membros da Junta.
Decreto	6846	13-11-1937	Altera o Dec. n.º 6500, de 11-5-1937.
Decreto	6902	13-12-1937	Cría uma secção de Estatística Educacional na Secretaria de Educação e Saúde Pública.
Decreto	6962	22-12-1937	Reorganiza os serviços de Higiene e Saúde Pública, simultaneamente com a Estatística Demográfico-Sanitária, desse Departamento.
Decreto	7163 A e B	11-3-1938	Cría o Diretório Regional de Geografia e Estatística.

Trabalhos Executados pela Repartição de Estatística Estadual

Revolvendo os arquivos da Repartição e examinando os documentos existentes, constatei a publicação dos seguintes trabalhos:

RÉLATÓRIOS

De 1890 (2 volumes) — De 15 de julho de 1897 — De 10 de julho de 1908 — De 14 de julho de 1909 — De 18 de julho de 1910 — De 24 de julho de 1911 — De 31 de julho de 1912 — De 16 de julho de 1913 — De 31 de julho de 1914 — De 31 de julho de 1915 — De 31 de julho de 1916 — De 31 de julho de 1917 — De 31 de julho de 1918 — De 1919 — De 1920 — De 1921.

BOLETINS

(+) De 31 de agosto de 1907, n.º 1. — (+) De 30 de novembro de 1907, n.º 2. — (+) De 24 de fevereiro de 1908, n.º 3. — De 30 de maio de 1909, Ano I (1908) — De setembro de 1910, Ano II (1909) — De setembro de 1912, Anos III e IV (1910 e 1911) — De 1912, Ano V.

(+) Premiados com medalha de ouro, em 1908 e 1917, no Rio de Janeiro.

DIVERSAS PUBLICAÇÕES

De 30 de abril de 1908, Sinopse do Registo Civil. — (+) de 7 de abril de 1917, "Pecuária" para a Exposição Nacional de Pecuária do Rio de Janeiro.

(+) Premiado com medalha de ouro em 1908 e 1917, no Rio de Janeiro.

OBRAS

1 — Dicionário Geográfico do Rio Grande do Sul — em colaboração com o Major José Gonçalves de Almeida — 1907. 2 — Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Rio Grande do Sul, 1914. 3 — Histórico da divisão administrativa do Rio Grande do Sul, 1917. 4 — Esboço Monográfico do Município de S. Gabriel, 1919. 5 — Anexo sobre a administração do Estado, do dr. José Luiz Natalício, ex-chefe da Secção Política e Moral (1922).

ANUÁRIOS

1922 (Prefaciado pelo dr. Bulhões de Carvalho, (anexo n.º 2)
1923 — 1924 — 1925 — 1926 — 1927.

Monografias dos seguintes Municípios:

Taquarí — Itaqui — Estrêla — Júlio de Castilhos — Livramento
— Lageado — Venancio Aires — São Leopoldo — Uruguaiana —
Encantado.

Anais dos Municípios de São Gabriel — Geografia Econômica do
Rio Grande do Sul — Dicionário Geográfico (Edição do Centenário
da Independência).

TRABALHOS PREMIADOS

Diversos quadros sobre estatística econômica, social e demográfica
expostos na Exposição de Sevilha, foram contemplados com um
"Grande Premio", 1929.